

E o assessor de Funaro confirma: vai ser um plano nosso, não dos credores.

As necessidades de financiamentos internos e externos para manter a economia brasileira crescendo a uma taxa entre 5% e 7% ao ano, nos próximos quatro anos, deverão ser divulgadas pelo governo na próxima semana. Junto com elas, virão algumas medidas para promover as exportações e estimular a poupança interna, privada e pública. E nisso consistirá o que vem sendo chamado de "Plano", definição considerada "imprópria", para um esboço de programa econômico, por Paulo Nogueira Batista Júnior, assessor especial do Ministério da Fazenda para a questão da dívida externa.

Qualquer que seja o seu nome, no entanto, ele vem para estabelecer as diretrizes de um ordena-

mento interno da economia e não para atender às pressões dos credores, segundo o mesmo assessor. "Um programa desses é de interesse nosso, para ser discutido e aprovado internamente e não para ser levado à mesa de negociações, para receber a aprovação dos banqueiros", afirma Nogueira, que ontem participou de um debate sobre o assunto na Ordem dos Economistas.

Nesse programa de ajuste, a meta de crescimento interno está projetada em 5% para 1987. "É um ano de ajustamento, após dois de forte crescimento", justifica o assessor. Segundo ele, este é o momento de "aumentar os investimentos para aumentar a capacidade de produção do País", pois no

horizonte do governo não está previsto uma diminuição do nível de consumo, embora a taxa de seu crescimento venha, inevitavelmente, a ser mais contida.

A munição que o governo vai usar tem duas direções iniciais antes de convergir para o mesmo alvo. A primeira, de acordo com Nogueira Júnior, será promover as exportações, mantendo taxas cambiais realistas. E para ele, a atual se enquadra nesse realismo "já que o governo está trabalhando com a previsão de um saldo comercial em torno de US\$ 8 bilhões".

A segunda direção leva ao estímulo da poupança interna. E isso será conseguido com a manutenção de juros reais positivos, conforme o assessor de Funaro. Positivos,

mas não tão altos como nos últimos meses, período em que "mantê-los elevados foi uma política necessária de combate à inflação".

No setor público, garante Nogueira Júnior, também haverá incentivos à poupança, "mas não sob forma tributária, sobre a população".

Instrumentos como o FND — Fundo Nacional de Desenvolvimento —, e a tributação de produtos em novembro, foram lembrados por ele como eficientes na captação de recursos para os investimentos oficiais.

A última direção, é claro, implica na diminuição das remessas líquidas de capital ao Exterior.

Moracy R. de Oliveira